

ESCOLA DO/NO CAMPO: OPORTUNIDADES PARA O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DO SUJEITO CAMPESINO

Elizangela dos Santos Balbino¹
Francinete França de Melo Silva²
Ana Caline Alexandre da Silva³
Geralda Maria de Bem⁴
Nilvânia dos Santos Silva⁵

RESUMO

Este estudo tem como objetivo refletir a respeito do papel da escola no/do campo como espaço de enriquecimento do sujeito campestre, enquanto instituição social que tem dentre as suas funções sociais proporcionar oportunidades para que ele fortaleça a Identidade Social enquanto Ser do Mundo Rural. Para tanto, é preciso pautar-se na Pedagogia do Campo, intervindo enquanto parte de um processo amplo e contínuo, a partir da interação entre os sujeitos e o Campo. Entendemos que essa construção precisa acontecer num ensino destinado para favorecer oportunidades didática que colaborem com o alcance de mudanças na leitura de mundo dos envolvidos, de uma consciência ingênua para uma crítica, através da interação entre os sujeitos e o mundo em sua volta, tanto na perspectiva do tempo como do espaço do qual são parte. Por isso, enquanto aporte teórico elencamos Silva, Caldart, Molina, Freire e Oliveira, dentre outros. Como procedimento metodológico adotou-se a pesquisa qualitativa, do tipo exploratória e de cunho bibliográfica, embasadas em Appolinário, Oliveira e Gil. Em síntese, constatamos que a escola no/do Campo é um dos lugares para o fortalecimento da identidade dos campestres, inclusive através de lutas, com as contribuições dos Movimentos Sociais, essenciais à valorização da Educação no/do Campo, pautada na diversidade, na singularidade e em culturas dos povos campestres, favorecendo ainda mais a valorização de princípios, saberes e normas que embasam saberes essenciais para efetivação do seu papel na sociedade.

Palavras- Chave: Escola, Campo, Identidade Social.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB/PPGE. E-mail: elizangelaufpb@gmail.com

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB/PPGE, Professora na Rede Municipal de Ensino de São Sebastião de Lagoa de Roça/PB. E-mail: ffms@academico.ufpb.br

³ Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB/PPGE e Bolsista da CAPES. E-mail: ana.caline.@academico.ufpb.br

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Professora da Rede Municipal de Ensino de Pau dos Ferros/RN, Suporte Pedagógico da Rede Estadual do RN. E-mail: geraldabem@hotmail.com

⁵ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN. Professora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). E-mail: nilufpb@gmail.com

INTRODUÇÃO

A luta pela Educação do Campo perdura há algumas décadas, tendo sido discutida, em movimentos importantes como a da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em 1998, com o objetivo de priorizar uma educação que contribuísse para a formação humana dos sujeitos que vivem no espaço campesino. Esses movimentos tiveram como objetivo respeitar os aspectos social, econômico, político e cultural, a partir de uma educação de qualidade para todos os camponeses, considerando suas especificidades. (COELHO, 2011).

O texto, portanto, objetiva refletir sobre o papel da escola do/no campo como espaço de enriquecimento do sujeito, enquanto instituição social que tem, dentre as suas funções sociais, proporcionar oportunidades que fortaleçam a identidade social do homem do campo.

Esta investigação surgiu a partir das leituras realizadas em livros, periódicos, ensaios, dentre outros, cujas pesquisas bibliográficas estão respaldadas na abordagem qualitativa, do tipo exploratória, e que adotam como suporte teórico os autores: Caldart (2020), que trata da função social da escola pública no campo; Arroyo (1999), que ressalta que a escola tem que considerar as especificidades do sujeito campesino e outros que também discutem a temática em questão. É importante ressaltar, ainda, legislações como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que tem como intuito evidenciar a identidade dos sujeitos que vivem no campo, resultantes de ações, algumas ligadas às políticas públicas direcionadas para essa modalidade da educação básica, haja vista o respeito à diversidade e à cultura dos povos que vivem no território rural.

Partindo desse pressuposto, este texto estrutura-se da seguinte forma: na primeira seção serão tecidas algumas considerações a partir de um breve histórico da Educação do Campo; em seguida, na segunda seção, será discutida a função da escola no tocante ao fortalecimento da identidade dos povos campesinos; e, por último, apresenta algumas considerações com o intuito de nortear novos estudos e/ou intervenções no ensino ofertado aos povos do mundo rural.

METODOLOGIA

Como procedimento metodológico, para a busca dos dados adotou-se a abordagem qualitativa, do tipo exploratória, a pesquisa é de cunho bibliográfico, sendo embasada em Appolinário (2016), Oliveira (2016) e Gil (2002).

No que concerne à pesquisa qualitativa, Appolinário (2016, p. 60) afirma: “esse tipo de pesquisa não possui condições de generalização, ou seja, dela não se pode extrair previsões nem

leis que podem extrapolar para outros fenômenos diferente daquele que está sendo pesquisado.” E, em relação a pesquisa exploratória Gil (2002, p. 40) ressalta “que a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

Sobre a pesquisa bibliográfica Oliveira (2016, p. 69): aponta que: “A principal finalidade da pesquisa bibliográfica é levar o pesquisador (a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo”. Partindo do objetivo deste ensaio, buscou-se respaldo em teóricos como: Caldart (2020), que aborda sobre a função social da escola no/do campo; Bem e Silva (2016), que refletem sobre os saberes e de identidade dos camponeses; e Arroyo (1999), que trata da identidade dos povos do campo; além das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do campo, que estabelecem as normas que permeiam essa modalidade de ensino.

Reflexões sobre os caminhos da Educação do Campo no Brasil

As primeiras iniciativas educacionais tinham como objetivo apenas instruir as classes menos favorecidas para a dominação como, podemos analisar ao refletirmos sobre a chegada dos jesuítas ao país, que por intermédio da catequese buscava espaços para o avanço da Igreja.

Barros e Lihtnow (2016, p. 21) destacam que: “o principal objetivo dos jesuítas não era educar os indígenas, mas sim catequizá-los, torná-los mão de obra, baseando seu ensino na submissão.” Diante disso, podemos perceber, nesse momento histórico, um exemplo da educação usada como instrumento de dominação.

Ao refletirmos sobre a história da Educação destinada aos sujeitos do campo supõe-se que durante muito tempo não houve a preocupação em proporcionar a esses sujeitos uma educação voltada para as singularidades dos povos camponeses, talvez porque as primeiras e poucas iniciativas para a implementação das escolas no mundo rural foram realizadas a partir de tentativas de adaptar a escola urbana ao mundo rural desconsiderando assim as especificidades do campo e dos sujeitos desse espaço, foi estabelecida a educação rural.

[...] as Diretrizes Operacionais para a educação do campo que demonstram a educação do campo “conceituada” como educação rural na legislação brasileira, mas que tem um significado além “a do campo”, visto que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. Percebemos que o campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da



existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2002 apud SILVA, A.C.A; SILVA, N. S, 2014, p. 80).

À vista disso, Molina et al. (2010), destaca que o sistema educacional no mundo rural foi implementado de maneira tardia e combinado a pouca atenção do poder público acabou prejudicando o processo de escolarização dos sujeitos do campo, provocando uma disparidade entre a situação educacional da cidade e do campo. De certa forma isso pode ter fortalecido os estereótipos e preconceitos sobre o espaço rural que buscam mostrar o campo como sinônimo de atraso.

As primeiras iniciativas educacionais para o mundo rural, como por exemplo: a inserção das escolas no espaço rural teve como foco apenas fazer com que sujeitos não precisassem sair do campo e tinha dentre seus objetivos garantir nesse espaço a mão de obra para atender as necessidades do capital, como destaca Barros e Lihtnow (2016).

A luta por uma educação do/no campo tem proporcionado aos povos camponeses a valorização dos sujeitos e do seu local de pertencimento em relação a escola do campo. Como nos mostra Silva, Santos e Pereira (2018, p. 51)

[...] a escola do Campo traz consigo características muito próprias, pois se considera o local onde está se insere e as características do povo que a constitui, não podendo ser vista como uma escola igual a todas outras. Em geral, estas instituições contam com um pequeno número de estudantes e funcionários, quando comparamos com as escolas da zona urbana que trabalha com os mesmos níveis de ensino, pois atendem apenas a população que reside em seu entorno, tendo grande parte destas, salas multisseriadas.

Diante disso, podemos observar a importância da escola no campo para a formação dos sujeitos, pois proporciona a ele um espaço para a sua participação e não tenta adaptar outras realidades ao mundo rural, mas busca proporcionar espaços de desenvolvimento dos sujeitos mediante a participação dos camponeses de forma ativa.

A Educação do Campo proporciona inserir os sujeitos nos espaços da visibilidade, no direito de vozes, na valorização de suas particularidades e costumes. Esta modalidade de educação surgiu através de lutas, e ainda se tem muitos anseios que devem ser alcançados.

Lutas essas, especificamente fortalecidas pelos movimentos sociais, significativamente o movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O qual nos possibilita entendê-lo como categoria histórica, em que atores sociais almejavam/almejam o bem-estar de todos, inclusive através de uma educação que não venha ser inferior nem excludente, mas que venha contribuir de forma positiva aos reais interesses e necessidades daqueles povos do campo, favorecendo ainda, no desenvolvimento sustentável do mundo em que é parte (SILVA, A.C.A; SILVA, N. S, 2014, p. 81).

Nesse sentido, Bezerra; Costa e Batista (2018, p. 19) nos dizem que “[...] a presença dos movimentos sociais é significativa, pois os avanços que vêm ocorrendo nas políticas se dão com a pressão destes movimentos, organizados frente aos governantes, sendo essa relação com o poder um dos seus mais importantes desafios.”.

Seguindo essa perspectiva, a escola também é o espaço para a realização de movimentos em prol da busca pelos direitos dos povos camponeses, povos estes, que em sua maioria ainda se apresenta de maneira marginalizada no meio social. É preciso o desenvolvimento de sensibilidades por parte das políticas públicas para tornar nossa sociedade mais justa e igualitária, em especial aos sujeitos que vivem no campo, que há décadas é demarcado por movimentos de lutas.

A valorização da participação dos sujeitos na construção de processos educativos que buscam a autonomia e liberdade dos sujeitos compreendendo que cada um tem saberes e conhecimentos importantes para esse processo. A escola é um espaço que proporciona meios para o desenvolvimento da consciência de mundo por meio da educação, como menciona Freire (1987, p. 38)

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicamente compartilhada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência **intencionada** ao mundo não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

Na educação do/no campo existe a preocupação com a valorização dos sujeitos do campo, a participação deles no processo de construção e socialização dos conhecimentos que acontece de forma ativa em que escola proporciona espaços para que esses sujeitos se fortaleçam como Ser do mundo rural.

Ainda se tratando do pensamento de Freire, a escola pode favorecer a construção de sujeitos por meio da interação dialógica, levando em consideração os saberes já produzidos com os novos saberes a serem adquiridos ao longo de suas vidas juntamente com o meio que faz parte do seu convívio social.

É através do diálogo que se constrói a emancipação de sujeitos. A cultura rural deve ser explorada nos discursos dialógicos dando visibilidade aos costumes e valores de cada localidade, fortalecendo assim a identidade dos povos camponeses. A escola e a comunidade são grandes aliadas na busca de um mundo melhor.

A importância da função social da escola no fortalecimento da identidade do povo camponês.

A Educação do Campo surgiu por meio das lutas dos sujeitos em prol de políticas públicas para contribuir com todos os povos que vivem em territórios rurais; no entanto, é preciso ressaltar que todos possuem direitos a uma educação de qualidade, garantidos pela própria Constituição Federal, conforme reza o artigo 205, *in verbis*: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Dessa feita, como todos os sujeitos possuem direito à educação, inclui-se, assim, os povos camponeses, que devem, neste caso, estudar no local onde vivem, ou seja, em escolas do campo, que, por sua vez, deverão incluir no currículo os conteúdos que são direcionados para as especificidades desses sujeitos direcionado a realidade local.

A proposta da Educação do Campo não é apenas ligada aos estabelecimentos situados nas localidades de áreas rurais, e sim, uma preocupação com a proposta educativa voltada aos costumes culturais e na potencialidade dos direitos na sociedade que pode ser adquirido através da educação vinda através desta modalidade de ensino. (HENRIQUES et al. 2007)

Bem como as propostas de educação a serem construídas em torno da realidade das comunidades rurais, deve-se ter um olhar reflexivo também por parte dos educadores que são profissionais no compromisso de acompanhar os avanços da educação construída com o passar do tempo e desenganados na função docente juntamente com os demais profissionais de educação que faz parte da comunidade escolar. “uma proposta formativa de professores precisa possibilitar a tomada de consciência da importância do seu trabalho, para entender quais teorias estão implícitas ou explícitas na sua prática pedagógica.” (COSTA, 2018, p. 139) A escola e comunidade caminham juntos mediante a constantes transformações. Para Caldart (2020, p. 8):

A reconstituição da função da escola pública no campo se interconecta hoje com as lutas e o trabalho de restauração da função socioambiental da terra e dos camponeses, em sua ampla e rica diversidade, de sujeitos e de processos. Cada escola, desde suas circunstâncias internas e do entorno, pode contribuir para o avanço qualitativo e territorial da matriz produtiva que sustenta a resistência camponesa na terra. Ajuda prática na formação de novas gerações capazes de continuar e ampliar as lutas e o trabalho de suas famílias e comunidades.

Evidencia-se, portanto, a necessidade da escola no campo ter como finalidade interligar a educação às atividades laborais, intensificando as lutas em prol de melhorias para todos os sujeitos que vivem naquele espaço.

Para tanto, Coelho (2011, p. 145) afirma que: “Assim, a escola constitui-se em um espaço de sociabilidade para o homem/mulher do campo, na medida em que desperta ações coletivas, como fundamento da libertação da condição de oprimido”. O espaço escolar pode haver ações educativas que favoreçam a reflexão sobre si e sobre o outro, valorizando não apenas o próprio espaço onde vive, como também enquanto sujeito que carrega em si sonhos, habilidades adquiridas individualmente e no coletivo.

Assim sendo, a escola exerce um papel importante na formação dos sujeitos. É por meio dela que é descoberta e/ou construído algumas particularidades como habilidades, talentos, limitações etc. Que, neste caso, são inerentes às práticas vivenciadas no mundo rural. Conforme as entrelinhas abaixo se deve pensar em estratégias educativas convergente com as necessidades da cultura campesina

A escola, para ser parte importante das estratégias de desenvolvimento rural, precisa construir um projeto educativo contextualizado, que difunda outra lógica de desenvolvimento apoiado nas alternativas ambientalmente sustentáveis, socialmente democráticas e economicamente justas, mas com qualidade de vida satisfatória ao homem/mulher do campo, haja vista a constituição camponesa possuir uma organização social adaptada às condições técnicas da produção agrícola, a um estilo de vida específico e a sociabilidade inerente a esse povo. (COELHO, 2011, p. 146)

Dentro dessa ótica, ao refletir sobre uma Educação do Campo, é necessário pensar esse espaço em sua ampla complexidade e dinamicidade, considerando as particularidades dos seus sujeitos, visando garantir uma educação que possibilite a todos sejam eles agricultores, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, dentre outros, “condições de sobreviver dentro do capitalismo, mas sem perder a sua essência campesina, nem os valores que os constitui” (COELHO, 2011, p. 146).

Nesse sentido, a escola necessariamente pode e deve conceber “Como proposta educativa as relações sociais de solidariedade e reciprocidade, ajude no desenvolvimento do espírito de liderança, reforce as relações afetivas e fortaleça as relações humanas, se caracterizando como instrumento de sociabilização para esse grupo.” (COELHO, 2011, p. 146).

A escola é um espaço que pode favorecer a interação entre os sujeitos, a escola no/do campo busca a valorização do sujeito campesino tendo em vista que realiza o seu trabalho levando em consideração as singularidades dos sujeitos do campo e ele faz parte do processo de construção dos conhecimentos de forma ativa, na dinâmica do espaço escolar os sujeitos

compartilham saberes e ao longo das atividades realizadas vão construindo e reconstruindo a sua identidade.

Bem e Silva (2016) destacam que os sujeitos constroem suas identidades em momentos particulares de forma individual e coletiva, assim a escola que tem como projeto a valorização dos povos camponeses no decorrer das suas ações pode abrir espaços para que as identidades desses sujeitos sejam construídas mediante a valorização ao contexto que vivem.

O reconhecimento da importância e valorização da identidade do sujeito camponês faz parte da luta pela garantia de uma educação de qualidade e pela valorização do sujeito do campo, tendo em vista que historicamente as classes mais favorecidas economicamente estabeleceram a valorização da identidade e cultura urbana, em relação a isso Oliveira et al. (2013, p. 173) destaca que:

Apesar de por longo período o país viver uma organização social e econômica eminentemente agrária foi forjado uma identidade urbana vinculada à corte em momentos posteriores aos interesses dos latifundiários, os quais apesar de explorarem suas riquezas do campo e dos camponeses constituíram suas identidades e relações de poder no meio urbano. Assim o mundo rural sempre foi desvalorizado culturalmente e simbolicamente.

Diante o exposto, é possível compreender que embora o mundo rural tenha proporcionado ao longo do tempo meios para o desenvolvimento da economia do país a partir da exploração dos recursos naturais e humanos do espaço rural, os sujeitos do mundo rural tiveram as suas identidades negadas, pois houve apenas a valorização de tudo que faz parte do urbano deixando de lado as singularidades dos povos do campo.

De acordo com Pacheco e Piovan (2014, p. 50): “o povo do campo tem um jeito de viver e de trabalhar próprio, distinto da realidade urbana. A sua raiz cultural define diferentes maneiras de ser e de se relacionar com o tempo, o espaço e o meio ambiente.” O povo camponês se constitui conforme seus modos de vida, apresentando costumes distintos da realidade urbana, sobretudo a formação na forma de ver o mundo.

Então, partindo do pressuposto de que a vida do sujeito camponês difere dos demais que vivem na área urbana, como organização familiar, convivência no trabalho, bem como outros fatores que particulariza quem vive na zona rural, a escola é o espaço da construção e fortalecimento da identidade dos povos camponeses que deve ser levado em consideração a compreensão e o respeito com a diversidade e singularidades de cada sujeito. Sujeitos estes, que se constitui e constituem o espaço por meio das propostas educacionais.

Para isso, é de grande relevância a abordagem de propostas educacionais com um olhar minucioso para a realidade de cada comunidade. Tendo em vista, que cada localidade apresenta suas especialidades que devem ser dialogadas com as propostas educacionais

Uma proposta educacional que vise a formar a população do campo a partir de suas próprias necessidades e interesses, tendo os mesmos como atores do processo, requer uma atenção específica quanto à sua formulação. É preciso questionar o que se quer com essa proposta, que escola deve ser pensada para a mesma, que objetivos guiarão o percurso da formação, quais os métodos que serão utilizados, de que saberes essa formação é constituída e, ainda, quais conhecimentos sociais são importantes nesse espaço. (PACHECO; PIOVAN, 2014, p. 50).

O espaço escolar como local para a fortalecimento da identidade do camponês precisa compreender e respeitar a diversidade e singularidades dos sujeitos que constituem esse espaço na construção de suas propostas educacionais, que visem em suas ações os interesses e as necessidades dos sujeitos do campo assim como clareza sobre quais objetivos deseja alcançar no decorrer da formação da identidade do povo campesino para que ela seja valorizada.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A escola é um dos espaços que os sujeitos têm a possibilidade de construir e reconstruir a suas identidades, a escola do/no Campo tem dentre os seus objetivos a valorização dos sujeitos do campo considerando as particularidades do espaço e dos campesinos, assim como a participação dos sujeitos na construção de conhecimentos para que as ações realizadas no âmbito escolar possam colaborar com a finalidade do camponês compreenda o mundo a sua volta e possa agir em busca de mudanças de maneira autônoma.

O sujeito do campo na sua busca pela valorização da sua identidade individual e coletiva do seu povo precisa lutar por justiça para garantir uma educação de qualidade com o objetivo que os sujeitos do campo tenham possibilidades de desenvolvimento com autonomia e consciência sobre as suas realidades e assim possam atuar ativamente na defesa de seus direitos.

A escola do/no Campo é um dos espaços onde os sujeitos que vivem no mundo rural podem desenvolver e compartilhar conhecimentos e saberes, o respeito aos sujeitos do campo contribui para que eles possam construir e reconstruir suas identidades enquanto Ser do mundo rural.

Esse estudo nos proporcionou reflexões sobre o papel social da escola do/no campo enquanto espaço formal da educação e provedora de elementos essenciais ao fortalecimento da identidade social do povo campesino desempenham dentro de suas funções possibilidades para

os sujeitos compreenderem a importância dos conhecimentos escolares para o seu cotidiano interligando a educação ao trabalho do sujeito camponês.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Coleção: Por uma educação básica do campo n.º 2. Brasília, 1999.

BARROS, Lânderson Antória; LIHTNOV, Dione Dutra. **Reflexões sobre a educação rural e do campo**: as leis, diretrizes e bases do ensino no e do campo no Brasil. Geographia Meridionalis, Pelotas V. 2, N. 1, p. 20-37, Jan/jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/8026>. Acesso em 16 de mai. 2023.

BEM, Geralda Maria; SILVA, Cícero Nilton Moreira. **Educação do Campo**: saberes e identidade do povo camponês. III Congresso Nacional de Educação (CONEDU), Editora Realize (publicação digital), 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA2_ID633_21062016145431.pdf. Acessado em 16 mai. 2023.

BRASIL, MEC. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 mai. 2023.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB, nº 36/2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, MEC/CNE, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. Aula inaugural, 9 de março 2020. Disponível em: <https://1library.org/document/zk8k8emz-funcao-social-escolas-campo-desafios-educacionais-nosso-tempo.html>. Acesso em: 15 mai. 2023.

COELHO, Leila Rocha Sarmento. A função social da escola na Educação do Campo. **Revista Lugares de Educação**. Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 136-149, jul.-dez. 2011 ISSN 2237-1451 Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>

COSTA, L.G. Educação do Campo: Reflexões acerca do currículo, in: RODRIGUES, Ana Claudia da Silva; SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. (Orgs.) **Educação do Campo e Inclusão Social**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. p. 137-151.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo. Atlas, 2002.

HENRIQUES, Ricardo, MARANGON, Antônio, DELAMORA, Michiele, CHAMUSCA, Adelaide (Orgs.) **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, MEC/SECAD, Cadernos SECAD, 2007.

MOLINA, Mônica Castagna; MONTENEGRO, João Lopes A.; OLIVEIRA, Liliane Lúcia N. A. **Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo**. Raízes, Campina Grande, v. 28 (1-2 e v. 29 (1), p. 174–190, jan./2009 a jun./2010.

OLIVEIRA, Cely Alves de; MOURA, Tamires Silva de; PEREIRA, Valnize da Silva; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. O currículo e formação da identidade dos sujeitos do campo. In: SILVA, Jorge Lopes; SILVA, Nilvânia dos Santos; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; LIMA, Gabriel de Medeiros. (Org) **Educação do campo: relatos de experiências**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p.165-184.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7 ed. Revista e atualizada Petrópolis, RJ. 2016.

PACHECO, L.M. D; PIOVESAN, J. Educação do Campo: desafios e perspectivas para a formação docente. Revista de Ciências Humanas, Santa Catarina, v.15, p. 47-59, JUL. 2014.
SILVA, N.S. [et al] **Educação do campo e interconexões** (Orgs) João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

SILVA, A.C. A; SILVA, N. S. A Relevância da Pesquisa no Processo de Formação Inicial para a Docência. In: **Anais do I Seminário Nacional do NEMDR (Núcleo de Extensão Multidisciplinar para o Desenvolvimento Rural), IV Seminário de Agroecologia, Resistência e Educação do Campo. “Seminário do Grupo de Pesquisa, Currículo e Práticas Educativas”**, Bananeiras-PB. 2014. CD-ROM-ISBN 978-85-237-0919-8.

SILVA, Tamyres Ribeiro da; SANTOS, Maria Betania Hermenegildo dos; PEREIRA, Franklin Kaic Dutra. Que país é esse? A pátria educadora como algoz da escola do campo. In: SILVA, Nilvânia dos Santos; DAMASCENO, Jamira Linhares. (Org.) **Educação do Campo: atuações pedagógicas e agroecológicas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. p. 49-60.